



OS TERMOS DA PAZ DE PONCHE VERDE

Manoel Soriano Neto

Major de Infantaria cursando a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

INTRODUÇÃO

Recentemente, em face da decretação da anistia a punidos por atos da Revolução de 31 de Março de 1964, foram e estão sendo publicados, na imprensa, vários artigos sobre anistias concedidas ao longo de nossa História, com ênfase no que se refere à "Guerra dos Farrapos". Nesses artigos a figura do Patrono do Exército, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, com justa razão, é enaltecida e polariza todas as referências encomiásticas, particularmente por sua atuação patriótica na luta fratricida que ensangüentou o Rio Grande do Sul por quase dez anos.

Em verdade, a par das excelsas virtudes castrenses do "Pacificador", o seu espírito conciliador e magnânimo foi a principal razão para que republicanos ("farroupilhas") e imperiais, esquecendo suas dissensões, se reaviessem em prol do bento solo que os viu nascer.

Assumindo simultaneamente a Presidência da Província e o Comando das Armas lançou o Barão de Caxias uma célebre proclamação, cujo trecho mais candente a História registrou: "Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria que é nossa mãe — comum". E tal foi sua habilidade na condução da Pacificação da Província que, a 28 de Fevereiro de 1845, pode, finalmente, ser selada a paz entre brasileiros, os quais, mesmo nos momentos mais pungentes da luta, souberam sempre ter as vistas voltadas para o interesse maior do Brasil, como tão bem demonstra o episódio da oferta de ajuda militar aos republicanos, por parte de Rosas, da Argentina, e que foi rejeitada através da memorável resposta do líder farroupilha David Canabarro, registrada indele-

velmente nos anais da História: "Senhor: o primeiro de vossos Soldados que transpuser a fronteira fornecerá o sangue com que assinaremos a paz com os imperiais. Acima de nosso amor à República está nosso brio de Brasileiros". Destarte, a paz era um objetivo justo a ser perseguido e que foi alcançado, trazendo a reconciliação a irmãos que, repetimos, apesar das divergências políticas, já haviam optado pelo Brasil e a outros interesses não visavam que não fossem aos da Pátria Brasileira.

OS PRÓDROMOS DA PAZ

Entretanto, para a "Paz de Ponche Verde" também contribuiu, decisivamente, um homem que soube, mercê de proficiente ação política, conciliar as partes desavindas, recebendo, na Corte, da parte dos republicanos, uma Comissão que partira do Sul, a 6 de Novembro de 1844, debatendo, com essa Comissão, os problemas referentes ao final das hostilidades, até chegar-se a um consenso e redigindo de próprio punho, as instruções de 18 de Dezembro de 1844 que poriam fim à guerra. Esse ilustre brasileiro foi o Ministro da Guerra de então, Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. Vejamos o que nos diz o Comandante Lucas Boiteux (1): "Em perfeita inteligência e acordo com o então Presidente e Comandante em Chefe do Exército naquela Província, o General Barão de Caxias, seu amigo de juventude e seu contemporâneo na Academia, tudo entre eles se dispôs e combinou com tanto acerto que a paz veio a efetuar-se pelos meios de convicção espontânea e sincera, fazendo-se com que os rebeldes coisiassem na clemência imperial e na fé do Governo".

Transmite-nos o Almirante Henrique Boiteux (2) o seguinte: "Para chegar àquele auspicioso resultado de combinação entre Jerônimo Coelho e Caxias, viera ao Rio de Janeiro uma Comissão por parte dos rebeldes e entre os membros o Tenente Coronel Antonio Vicente da Fontoura acompanhado pelo Coronel Manoel Marques de Souza, futuro Barão de Porto Alegre. O primeiro emissário por eles mandado, o Dr. Joaquim Vieira de Souza, trazia instruções que se cifravam na possibilidade única de um acordo, que apresentava Bento Gonçalves, mediante a federação do Rio Grande ao Brasil, juntamente com os Estados de Montevidéu, Corrientes e Entre Rios.

Foi o Snr. Coelho quem fez com o Comissário Fontoura e Coronel Marques todos os ajustes e combinações para se realizar a tão desejada pacificação, que até então milhares de contos e milhares de vidas preciosas sacrificadas não podiam conseguir.

No seu gabinete e com seu próprio punho foi ele quem redigiu as instruções de 18 de dezembro de 1844, que foram levar a pacificação material e moral à infeliz e magnânima Província do Rio Grande do Sul, havia nove anos trucidada pelos horrores da guerra civil.

Quando algum dia essas instruções chegarem a ser publicadas, se reconhecerá que a paz desta Província foi obtida pelos meios os mais honrosos, com brilho e magnanimidade da Coroa e, sem ao mesmo tempo humilhar os brios daqueles nos-

Criteriosamente cumpridas as instruções retro-citadas — “um Tratado, resume, de quem venceu a guerra” — o Rio Grande do Sul estava, de fato, pacificado tanto assim que o Barão de Caxias permaneceu no Poder, pois foi eleito, pelos republicanos, Presidente da Província. . . E, o que é importante, estava o povo gaúcho em condições de apresto para, participando da comunidade nacional, empunhar, outra vez, as armas, dessa feita em defesa do Brasil, nas Campanhas externas de que o Império participou, posteriormente.

Os dois artífices da Pacificação assim se manifestaram em ocasiões diversas. O Barão de Caxias ao saber da idéia de ser fazer celebrar um Te-Deum, em ação de graças pela vitória militar obtida, chamou o seu Capelão e lhe disse: “Se é verdade que fiz guerra aos rio-grandenses dissidentes, não posso deixar de sentir as suas dores e choro pelas vítimas que eles perderam em combate, como um pai pode chorar a perda de seus filhos. Vá, Reverendo, e em lugar de um Te-Deum em ação de graças pela vitória que obtiveram os defensores da lei, diga antes uma missa de defuntos que eu, com o meu Estado-Maior e a tropa que couber na Igreja, a iremos ouvir pelas almas de nossos irmãos que morreram em combate”.

O Ministro Jerônimo Coelho, comparecendo à Câmara dos Deputados, rebatendo impiedosas críticas à atuação do Ministério, em brilhante e empolgante rasgo de oratória, finalizou sua oração dizendo: “Senhores! Está unida a família brasileira; o Império em paz. Rendamos graças a Deus!”

O Homem — Jerônimo Francisco Coelho

Jerônimo Francisco Coelho, Brigadeiro do Exército Imperial, engenheiro militar, político, jornalista, cientista, poeta e administrador, foi um dos arquitetos da Paz que pôs cobro à Revolução Farrroupilha.

Nasceu em Laguna — Santa Catarina em 30 Set 1806. Cedo ingressou na Carreira das Armas, destacando-se sempre, como aplicadíssimo aluno, em todos os cursos de que participou. Estudioso e pesquisador infatigável, chegou a construir, ele próprio, um telêmetro (“telêmetro — bengala”) que costumeiramente usava em seus trabalhos de medição topográfica.

Foi o “Pai da Imprensa Catarinense” ao fundar o jornal “O Catarinense” em 1831. Fundou ainda, em sua terra natal, a primeira loja maçônica de Santa Catarina, de nome “Concórdia”. Foi o fundador, outrossim, da Academia de Letras da qual fazia parte — hoje é patrono de uma das cadeiras daquela Academia. Compôs a letra do “Hino de Santa Catarina” e foi sócio do Instituto Histórico Brasileiro — é o Patrono da cadeira nr. 29 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Tal era sua eloquência retórica — “imbatível no uso da dialética” — que recebeu o epíteto de “A Espada Falante”.

Foi eleito deputado provincial por Santa Catarina e deputado geral em duas legislaturas pela mesma Província, da qual foi Vice-Presidente.

Ocupou os cargos de Presidente e Comandante das Armas das Províncias do Pará (1848) e do Rio Grande do Sul (1856) quando deu cabais provas de excepcional administrador.

Conselheiro do Império e Comendador das Ordens da Rosa e de São Bento de Aviz.

Na carreira militar desempenhou com raro brilhantismo, inúmeras funções, atingindo ao posto de Brigadeiro. Dentre as Comissões exercidas destacaram-se as de Diretor da Fábrica de Pólvora da Estrela, do Arsenal de Guerra da Corte e da Escola de Aplicação do Exército.

Ministro da Guerra e interino da Marinha no Gabinete de 2 Fev 1844, tornou ao Ministério da Guerra no Gabinete de 4 Maio 1857.

Como Ministro da Guerra, em 1857, criou na Escola Central do Exército, a especialidade de engenheiro civil, inexistente no país, sendo, "ipso facto", considerado pelo emérito historiador, membro do Instituto de Geografia e História do Brasil, Ten Cel Eng QEMA, Cláudio Moreira Bento (3), o "Pai da Engenharia Civil", no Brasil.

Em vista de suas estreitas ligações com o Rio Grande do Sul, máxime em face de sua atuação em 1844, quando Ministro, foi nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província, em 1856. Granjeou, então, a admiração e a simpatia dos gaúchos, sempre gratos ao homem que tão decisivamente concorrera, anos antes, para o fim da "Guerra dos Farrapos". Como nos conta Henrique Boiteux (2), a 22 de junho de 1856, foi-lhe prestada significativa homenagem por ter, quando Ministro da Guerra, "poderosamente contribuído para a pacificação da Província". O Coordenador dessa homenagem foi o seu inseparável e fraternal amigo, Coronel Manoel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre que, em 1844, sentara à mesa de negociações juntamente com o Ministro da Guerra e a Comissão dos republicanos, acertando as condições da Paz (o Barão de Porto Alegre foi o grande vitorioso na Batalha de Monte Caseros, notabilizando-se na Guerra do Paraguai, quando comandou um de nossos Corpos de Exército; foi Ministro da Guerra). Para a referenciada homenagem assim foi redigido o convite: "Tendo o Exmo. Snr. General Jerônimo Francisco Coelho, na qualidade de Ministro da Guerra, tão poderosamente contribuído para a Pacificação desta Província que por dez anos sofreu os estragos e horrores da guerra civil e sendo a pacificação tão de coração abraçada por todos os homens de ambos os partidos, que de um momento para outro se viram fraternalmente unidos, os habitantes desta cidade eternamente gratos a V. Exa., resolveram oferecer-lhe um baile que terá lugar na noite de 22 do corrente mês na casa — Soirée Porto Alegrense, e os abaixo assinados comissionados para convidarem as pessoas que hajam de abrilhantar essa demonstração de gratidão, têm a honra de convidar a V. S. e sua família para o mesmo baile e espera que lhe fará o favor de aceitar o convite.

Porto Alegre em 22 de junho de 1856

(AS) Manoel Marques de Souza — Barão de Porto Alegre". . . (seguem-se outras assinaturas)

Jerônimo Coelho, acometido de grave moléstia, veio a falecer, precocemente, em Nova Friburgo — RJ, a 16 de janeiro de 1860.

Lucas Boiteux (4) o considera "o maior dos catarinenses do passado", bem como o Desembargador José Antonio Boiteux (5) que, a ele se referindo, assim se expressou: "Se é uma verdade que nas fileiras do Exército, no Quadro da Armada, nas carreiras liberais e outras contrastando com a sua exígua extensão territorial, conta Santa Catarina uma vasta galeria de homens ilustres, nenhum se destacou superiormente a Jerônimo Francisco Coelho no conjunto de qualidades, no cômputo de valores, pois foi ele um homem de letras, um cientista, um administrador, um técnico, um parlamentar.

E todas essas etapas ele as percorreu proficientemente, com brilhantismo invulgar, todo devotado à terra natal, como não conheci outro a igualá-lo, através de gestos e atos que biografias que por aí correm não expõem, mas que se sabem pelas cartas íntimas e pela tradição que gente velha e verdadeira conserva e saudosamente transmite".

A respeito de Jerônimo Coelho, disse-nos Cláudio Moreira Bento (3): "Figura proeminente do Império, sua vida e obra têm sido pouco estudadas e difundidas".

Perlustrando a existência desse ilustre brasileiro, repassamos com nossas mentes, uma das fases mais empolgantes da história de nossa Nacionalidade.

Faz-se mister, portanto, que se proceda a uma percuciente análise da vida e obra do Ministro da Guerra dos Gabinetes de 2 Fev 1844 e de 4 Mai 1857, para que possamos melhor cultuar a memória daquele que tantos e relevantes serviços prestou ao Brasil, dentre os quais pontifica a reintegração da comunidade gaúcha à Pátria Brasileira que pôde se manter íntegra, una, monolítica e indivisível para gláudio nosso.

Conclusão

Nossa intenção nesse despretençioso trabalho foi a de contribuir com modesta colaboração para maiores esclarecimentos sobre o epíteto da chamada "Guerra dos Farrapos". Assim, analisando perfunctoriamente o episódio, nosso escopo foi o de realçar a participação (infelizmente muito pouco evidenciada, por nossa História) do ministro da Guerra, da época.

Tão pouco foi nosso desiderato, analisar em profundidade a vida do Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho; apenas, para não dissociarmos a figura humana dos feitos por ela empreendidos, traçamos um bosquejo histórico, sobre esse notável brasileiro do passado, que é nosso tetra-avô, em linha direta, fato de que muito nos orgulhamos.

Urge não esquecermos de que "cultuar o passado na glorificação dos que mais lidaram por encher os anais da Pátria de cintilações astrais, não é apenas ação

louvável: é dever precípua de todo povo que aspira a se fazer merecedor da reverência e da admiração do mundo.

Quando um povo entra a esquecer, nos prazeres fugacíssimos da vida, de seus vultos mais salientes, daqueles que se notabilizaram pelo saber, pelo heroísmo, pela santidade ou pelo martírio, ninguém deve maravilhar-se de vê-lo, um dia, desgregado, desvirilizado, desacreditado, e, ainda por maior desdita, escravizado pelos outros povos". . .

É a milenar lição que nos têm legado as civilizações, através da História, a Mestra da Vida.

- (1) "Marinha Imperial na Guerra dos Farrapos"
- (2) "Santa Catarina no Exército" — 2o volume
- (3) "O Criador do Município de Canguçu", in "Diário-Popular, Pelotas, 26 Jun 1977.
- (4) "Os Ministros da Marinha"
- (5) "Os Partidos Políticos de Santa Catarina"
- (6) "Coisas Velhas"
- (7) "Minha Árvore Genealógica"

Bibliografia

- POMBO, Rocha — "História do Brasil" — São Paulo, Edições Melhoramentos, 1964.
- VIANNA, Hélio — "História do Brasil" — Vol II — São Paulo, Edições Melhoramentos, 1962.
- EXÉRCITO, Estado Maior do — "História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo" — 2o volume, Brasília, EME, 1972.
- GALANTI, Pe. Raphael M. S. J. — "História do Brasil" — Tomo IV — São Paulo, Duprat e Cia. 1913, 2a edição.
- BOITEUX, Almirante Henrique — "Santa Catarina no Exército" — 2o volume, Rio, Biblioteca Militar, 1942.
- TORRES, Theodorico Lopes Gentil — "Ministros da Guerra do Brasil (1808-1950)", Rio, Borsolimp, 1950.
- GHISI, Ademar — "Tricentenário de Fundação da Laguna, SC" — Brasília, C Doc da Câmara Deputados, 1976.
- ADERALDO, Mozart Soriano — "Minha Árvore Genealógica" — Fortaleza, Editora Instituto do Ceará Ltda, 1951.
- SOUZA, Francisco Fausto de — "Família Guilherme de Melo" — Mossoró, Coleção Mossoroense, 1954.

ULYSSEÁ, Saul — "Coisas Velhas", Laguna. (Coletânea).

BENTO, Cláudio Moreira — "O Criador do Município de Canguçu", In "Diário Popular", Pelotas, 26 Jun 77.

DOMINGUES, Moacir — "Famílias Lagunenses" (Livro Inédito)

ULYSSEÁ, Rubem — Notas pessoais. (Laguna, SC).

UNGARETTI, Norberto Ulysséa — Notas pessoais (Florianópolis, SC).

Notas particulares da família Soriano Aderaldo (Fortaleza, CE).